

18 AGO 1991

Fernando Pedreira \*

**H**á uma questão que os brasileiros, mais cedo ou mais tarde, terão que encarar a sério — *e resolver* — se quiserem sair da crise em que estão hoje metidos, se quiserem arrancar a administração pública e o Estado brasileiros do pântano em que se afundam (afundamo-nos todos), já há pelo menos duas ou três décadas. Essa questão, muito bem-posta por Carlos Castello Branco ainda esta semana em sua coluna, é a do Congresso.

Pode-se resumir-a em termos precisos: o Congresso brasileiro (assim como nossas Assembleias Legislativas, em geral) continua a ser, essencialmente, clientelista e patrimonialista. Não representa o povo, não representa o cidadão contribuinte, representa grupos de interesse e, antes de tudo, o interesse próprio, isto é, o interesse dos próprios congressistas, suas famílias e seus amigos.

Há no Congresso, com efeito, como não poderia (nem deveria) deixar de ser, representantes dos usineiros, dos industriais, dos bicheiros, dos narcotraficantes de Rondônia e do litoral, das diversas igrejas (católicas, protestantes, umbandistas), enfim, dos mais variados e diversos grupos de pressão e de opinião. Essa saudável variedade, entretanto, não impede que a ampla maioria dos deputados se una, invariavelmente, num mesmo afã, sempre que se trata de promover e defender os privilégios e vantagens do funcionalismo (eles próprios incluídos) e da imensa maquinaria estatal, com seus incontáveis e custosos penduricalhos.

Unem-se todos, pois, na defesa do que é deles, na defesa do seu patrimônio pessoal e familiar, posto que é raríssimo o parlamentar que não tenha uma récua de parentes e protegidos nas folhas de pagamento oficiais, para não falar dos muitos que têm também o rabo preso, não com o eleitor, mas a interesses pecuniários específicos: empreitadas, reservas de mercado, favorecimentos e negócios especiais, sempre supridos por fundos públicos. Não é preciso mais que compulsar as edições diárias dos jornais para comprovar este fato: sempre que está em jogo, como ainda agora, o reajuste de subsídios e vencimentos, a manutenção ou extensão de privilégios e vantagens, o Congresso quer sempre e invariavelmente *dar mais*, nunca menos; briga com o próprio Executivo (suposto patrão dos funcionários) para obriga-lo a pagar mais, a distribuir sempre mais, e tudo faz para impedir de promover cortes e econo-

# Um câncer nas tripas

JORNAL DO BRASIL

mias, por mais gritantemente necessárias que sejam.

É um filme que se repete, entre nós, todos os anos, todos os meses, todas as semanas. Inverte-se, assim, o sentido e a razão de ser da instituição que corporifica a própria democracia representativa. O Parlamento nasceu (na Inglaterra, na França, na América) para defender os dinheiros do povo e dos cidadãos contribuintes, para conter o poder do Rei (do Executivo) de decretar a seu talante impostos e taxas, e para disciplinar e fiscalizar, em nome dos contribuintes, a aplicação dos recursos arrecadados.

Um Congresso, como o nosso, que quer gastar sempre mais do que o Rei, que incha e infla a proposta orçamentária oficial, e aumenta sem parar os próprios subsídios e o número e os vencimentos dos funcionários (além de outorgar-lhes privilégios e garantias verdadeiramente feudais, dignas das cortes de antanho), um Congresso assim é uma contradição em termos, uma vergonhosa inutilidade, uma contrafação, uma doença: Um câncer nas tripas da democracia.

Ainda em 1964, uma das razões que levaram ao 31 de março e à instauração da "ditadura republicana" do marechal Castello Branco (parente longe do Castelinho) foi a generalizada convicção de que não se podia conter a inflação em disparada e sanear as finanças nacionais, sem refrear o apetite dos senhores deputados. Os poderes do Congresso foram reduzidos e muitas de suas atribuições transferidas para o Executivo. Voltamos, assim, corajosamente, à fórmula institucional anterior às revoluções democráticas do século dezoito nos países do Norte...

As intenções pareciam boas, entretanto, e os resultados ainda melhores: entre 1964 e 1970 (o ano da Copa), a inflação caiu, quase sumiu, a economia saneou-se e deu um vigoroso salto adiante. Mas, uma distorção nova, tão perniciosa quanto a antiga, não demoraria a manifestar-se: tecnocratas e militares no poder trataram de criar o seu próprio clientelismo, o seu patrimonialismo peculiar. A partir de Castello, a partir de Geisel, especialmente, as estatais, o estatismo, os instrumentos (e os beneficiários) do intervencionismo econômico cresceram e se multiplicaram até quase sufocar o cidadão contribuinte, a iniciativa privada, a economia de mercado.

O que é pior? A Petrobras, a Vale (e a Nuclebras), os choques econômicos por decreto, ou ministérios como esse da Educação que consome bilhões em recursos escassos e não educa (desedu-

ca) gerações e gerações sucessivas de crianças brasileiras? A revogação do AI-5, em 1979, e a restauração plena da democracia e do poder civil, em 1985, até hoje não nos permitiram sequer optar entre esses dois males. Ao contrário, somos hoje obrigados a engolir (e a sustentar) os dois: as estatais gordas e os ministérios ineficientes.

Ora, pois. Pagamos pelos pecados somados da autocracia e da (suposta) democracia. Tentar voltar atrás, outra vez, não é solução. A solução é ir adiante, é dar vida verdadeira as instituições representativas. A solução é a sociedade (e não os militares) ocupar o Congresso e fazer dele instrumento seu; expulsar dele os clientelistas e patrimonialistas que hoje o dominam.

Há dois anos, na campanha presidencial de 1989, a grande maioria da opinião nacional manifestou-se claramente nesse sentido. Mas essa opinião, embora majoritária, na verdade não teve quem a conduzisse, quem canalizasse politicamente sua vontade e sua força. Eleito, o presidente Fernando Collor não demorou muito a frustrar as melhores expectativas dos seus eleitores (e dele próprio). Está hoje à procura de um caminho, mas já não é de crer que seu novo estilo *soft* e sua aliança com os governadores (pendurados todos no Tesouro Federal) possam fazer muito mais que evitar o desastre e manter de pé, por mais algum tempo, nosso oscilante castelo de cartas político-administrativo.

Vamos agora, a partir de 1992, recomeçar de baixo, como deve ser. Vamos, primeiro, eleger vereadores e prefeitos. Depois, em 1994, renovaremos o Congresso Nacional e os governos e assembléias estaduais, e elegeremos o futuro presidente. Mas não é preciso dizer que nada disso adiantará coisa nenhuma, mudará coisa alguma, se a maioria dos eleitores não encontrar instrumentos políticos (partidos, candidatos, sistemas de votação, heranças) capazes de dar consequência às suas boas intenções e seus designios.

Para que os eleitos de 1994 sejam melhores, e não piores, que os atuais será preciso que se adote o voto distrital, será preciso que se acabe com esse sistema que permite a Rondônia eleger traficantes com 20 mil votos; será preciso, enfim, que os eleitores aprendam a distinguir entre partidos que têm ao menos um mínimo de compromisso moral e programático (como o PSDB, e PT, o PL) e esses grandes conglomerados de picaretas e aproveitadores em que se transformaram o PMDB, o PFL, o PDS ou o PTB. Será preciso...